



**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA  
MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

Utilidade Pública: Lei Municipal nº 868/87 de  
12/06/87; Lei Estadual nº 9.695/88 de 25/11/88  
CNPJ: 19.686.039/0001-32  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO  
DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

CNPJ: 21.406.451/0001-01  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

**PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 054/2023  
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 010/2023  
SELEÇÃO A CRITÉRIO DE TERCEIROS  
LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG**

**CONTRATO DE PROGRAMA DE Nº 030/2025, DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG, FIRMADO COM O MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA E GESTÃO DE CONVÊNIOS.**

O MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 23.245.806/0001-45, com sede na Rua Tenente Viotti, nº 331,, Bairro Centro, MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO, Estado de MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) MARCIO HENRIQUE DE SIQUEIRA RIBEIRO, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, através do credenciamento, realizada pelo CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica e integrante da administração indireta de todos os entes consorciados, regendo-se pelas normas das legislações pertinentes, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto nº 6.017/07, inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01, com sede na Av. Camilo Soares, nº 100, Bairro Centro, CEP 37.440-000, Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Presidente, Senhor LUIZ FERNANDO NORONHA PEREIRA, residente e domiciliado à Rua Angelina Bocardi de Carvalho, nº 5, Centro, Jesuânia, Estado de MG, portador do C.P.F. nº 010.983.296-51, Prefeito de Jesuânia, doravante simplesmente denominado de CONTRATADO INTERVENIENTE e a Empresa ACERTO ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA, com sede na Avenida Haroldo Russano, nº 189, Escritório, Bairro Centro, na cidade de Pouso Alto, Estado de MG, portadora do CNPJ nº 27.372.379/0001-17, neste ato representada pelo Senhor(a) ALEX FABIANO RUSSANO FONSECA, portador(a) do CPF Nº 824.710.616-72, endereço de email alexrussano@yahoo.com.br, telefone fixo (35) 9 9207-5544 e telefone celular (35) 9 9207-5544, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, bem como o Processo de Licitação de nº 054/2023, Modalidade CREDENCIAMENTO 010/2023, e as cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

1.1. Aplicam-se ao presente contrato de serviço as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal de nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, Resoluções e estatuto do CIMAG, no que aplicar.

1.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito administrativo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO.**

2.1. O contrato do Consórcio Público CIMAG, tem por objeto a prestação de serviços de ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA E GESTÃO DE CONVÊNIOS para o CONTRATANTE de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos neste instrumento e no Edital de Credenciamento nº 010/2023.

**2.2. ITENS E QUANTIDADES**

**Aiuruoca - Alagoa - Baependi - Bocaina de Minas - Cambuquira - Carmo de Minas - Caxambu - Conceição do Rio Verde - Cruzília - Dom Viçoso - Itamonte - Itanhandu - Jesuânia - Lambari - Liberdade - Minduri - Olímpio Noronha - Passa Quatro - Pouso Alto - São Lourenço - São Sebastião do Rio Verde - São Thomé das Letras - Seritinga - Serranos - Soledade de Minas - Virgínia.**



**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA  
MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

Utilidade Pública: Lei Municipal nº 868/87 de  
12/06/87; Lei Estadual nº 9.695/88 de 25/11/88  
CNPJ: 19.686.039/0001-32  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO  
DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

CNPJ: 21.406.451/0001-01  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

Lote	Descrição	Marcar/ Modelo	U.M.	Valor Un. (R \$)	Quant.	Valor Total (R \$)
2	Gestão de convênios e de projetos de interesse da Administração Municipal) nas suas diversas áreas, disponibilizados nos endereços eletrônicos dos Órgãos Governamentais: SICONV, SIGCON, FNS, sistema de entrada de pleitos de Convênios Federais do Ministério da Saúde, SISMOB, outros órgãos governamentais, empresas públicas, autarquias, organizações da sociedade civil de interesse público – OSIP's e/ou entidades que tenham condições de fazer parcerias e executar ações contributivas com o Governo Municipal, prestação de contas de convênios estaduais e federais, assessorar no processo de adesão, aprovação, execução de programas do Governo Federal, elaboração de projetos em busca de captação de recursos no âmbito federal e estadual, elaboração e acompanhamento da execução de convênios, cumprimento dos prazos e prestação de contas dos mesmos, acompanhamento e monitoramento do CAUC, SIAF, CAGEC, acompanhamento e monitoramento de convênios e projetos junto a GIGOV (caixa econômica) para liberação de recursos, cadastramento para recebimento de recursos junto a FEAM – saneamento, demais atribuições referentes à captação de recursos, cadastramento com atualizações necessárias do cadastro de sua entidade no SICONV, elaboração de Plano de Trabalho de programas disponibilizados pelo Governo Federal, observância dos requisitos necessários para a celebração do Instrumento, auxiliando na regularização do mesmo para fechamento do convênio. Registrará no SICONV de todos os documentos gerados na execução do convênio, (licitações, incluindo as cotações prévias exigidas para as entidades sem fins lucrativos; contratos; documentos de liquidação e pagamentos; registro de ingresso de recursos; além da elaboração dos relatórios de execução). Prestação de Contas no SICONV, observando rigorosamente o prazo estipulado, acompanhando sua análise nos órgãos responsáveis, bem como as complementações e as respostas aos pareceres emitidos até a sua análise final.	Própria	Horas	135,30	50	6.765,00

2.3. Os serviços serão prestados na sede do CONTRATANTE, e ainda via acesso remoto, whats-App, telefone, de conformidade com a necessidade e o interesse público, visando atender rapidamente a equipe, tirando as dúvidas e ensinamento procedimentos na operação e gestão dos convênios., tudo conforme especificações e condições descritas no credenciamento.

2.4. Os serviços deverão serem prestados dentro das normas e formas técnicas exigidas e de acordo com a legislação vigente.

2.5. Quando do pagamento, o CONTRATADO INTERVENIENTE receberá da CONTRATANTE o valor integral deste contrato, comprovado através de relatório de atividades realizadas, assinado por funcionário designado do Município CONTRATANTE e pela empresa executora CONTRATADA;

**Aiuruoca - Alagoa - Baependi - Bocaina de Minas - Cambuquira - Carmo de Minas - Caxambu - Conceição do Rio Verde - Cruzília - Dom Viçoso - Itamonte - Itanhandu - Jesuânia - Lambari - Liberdade - Minduri - Olímpio Noronha - Passa Quatro - Pouso Alto - São Lourenço - São Sebastião do Rio Verde - São Thomé das Letras - Seritinga - Serranos - Soledade de Minas - Virgínia.**



**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA  
MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

Utilidade Pública: Lei Municipal nº 868/87 de  
12/06/87; Lei Estadual nº 9.695/88 de 25/11/88  
CNPJ: 19.686.039/0001-32  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO  
DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

CNPJ: 21.406.451/0001-01  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

2.6. Dos valores contratados, haverá um desconto da empresa credenciada CONTRATADA no percentual de 03% (três por cento) no seu recebimento total do contrato firmado, para ser utilizado no pagamento de despesas administrativas do Consórcio Público CIMAG, CONTRATADA INTERVENIENTE, tudo conforme Resolução 058/2022, aprovada por unanimidade da Assembléia Geral que é soberana.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO.**

3.1. O Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições constantes da Lei Federal de nº 14.133/2021 e pelas disposições e preceitos do direito público.

3.2. O Contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo CONTRATANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante aviso prévio, no prazo de 30 (trinta) dias, observada a legislação pertinente.

3.3. O contrato em epígrafe terá validade até 31/03/2025, podendo sofrer prorrogação ou paralisação na ocorrência de hipóteses previstas na Lei Federal de nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.**

4.1. O preço avençado neste instrumento contratual não poderá ser reajustado até a data de seu vencimento.

4.2. Estão incluídos nos preços deste instrumento todos os custos diretos e indiretos (as despesas de combustíveis, hospedagem e alimentação do motorista ou operador e manutenção do-maquinário) da CONTRATADA, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre a prestação dos serviços, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

4.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa contratada e a retribuição para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato, conforme Lei Federal de nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO.**

5.1. O pagamento decorrente deste instrumento será efetuado mensalmente até o quinto dia útil do mês vencido, pela CONTRATANTE através de depósito em conta corrente a ser fornecida pelo CONTRATADO INTERVENIENTE, mediante apresentação de documentação fiscal, acompanhado de relatório.

5.2. Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar ao Setor Contábil do CIMAG, até o dia 30 (trinta) de cada mês da prestação dos serviços

a) nota fiscal/fatura referente aos trabalhos desenvolvidos ou na forma que a legislação tributária venha a exigir. A nota fiscal/fatura deverá conter ainda informação da agência e número da conta corrente da CONTRATADA para depósito, o número do Contrato e o mês da prestação dos serviços;

b) a indicação dos serviços com respectivos valores, acompanhada de relação analítica de todos os serviços prestados (n. da ordem de serviço, tipo de serviço, local e valor através de relatório);

5.3. A fatura não aprovada pelo CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias, será devolvida a CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação (até o 10º (décimo) dia corrido subsequente ao dia da reapresentação).

**Aiuruoca - Alagoa - Baependi - Bocaina de Minas - Cambuquira - Carmo de Minas - Caxambu - Conceição do Rio Verde - Cruzília - Dom Viçoso - Itamonte - Itanhandu - Jesuânia - Lambari - Liberdade - Minduri - Olímpio Noronha - Passa Quatro - Pouso Alto - São Lourenço - São Sebastião do Rio Verde - São Thomé das Letras - Seritinga - Serranos - Soledade de Minas - Virgínia.**





**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA  
MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

Utilidade Pública: Lei Municipal nº 868/87 de  
12/06/87; Lei Estadual nº 9.695/88 de 25/11/88  
CNPJ: 19.686.039/0001-32  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO  
DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

CNPJ: 21.406.451/0001-01  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

5.4. O CONTRATANTE E O CONTRATADO INTERVENIENTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim exigir.

5.5. Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.

5.5.1 O Valor global deste instrumento é de R\$ 6.765,00 (seis mil setecentos e sessenta e cinco reais).

5.6. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

5.7. O CONTRATADO INTERVENIENTE pagará à CONTRATADA pelos serviços executados, os preços integrantes e constantes do credenciamento deduzido do percentual de 03% (três por cento).

5.8. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação vigente.

5.9. A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na contratação/ credenciamento. Assume, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes comprovantes devidamente atualizados

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Municipal do domicílio da CONTRATADA, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto a Dívida Ativa - ou outras equivalentes, na forma da LEI - expedidas, em cada esfera de governo, pelo órgão competente;

b) prova de regularidade perante o INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, mediante apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito;

**CLÁUSULA SEXTA - DA INOBSERVÂNCIA DAS CLÁUSULAS DESTES CONTRATO DE SERVIÇO.**

6.1. Na hipótese de descumprimento, por parte da CONTRATADA de quaisquer das cláusulas deste instrumento, serão suspensos de imediato os serviços ora contratados, até regularização da pendência apresentada, que somente serão retomados após a regularização, sem prejuízo das demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

7.1. As despesas deste contrato de programa serão amparadas por dotações próprias do orçamento vigente, na rubrica orçamentária do CONTRATANTE. Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento” 93 -02.02.04.122.0003.4.002-3393.39.00/1.00.99 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

**CLÁUSULA OITAVA - DAS METAS PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.**

8.1. São obrigações e responsabilidades das partes

I - Cumprir as disposições legais e técnicas da área.

II - Executar os serviços contratados dentro das normas e formas legais vigentes.

III - Repassar os recursos respectivos aos serviços contratados por meio deste contrato.

IV - Controlar e acompanhar toda a execução deste Contrato de programa.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG, MUNICÍPIO E DA CONTRATADA.**

9.1. São obrigações e responsabilidades do Consórcio Público CIMAG

I - Intermediar os serviços nas condições estipulados na Cláusula Primeira do presente instrumento.

**Aiuruoca - Alagoa - Baependi - Bocaina de Minas - Cambuquira - Carmo de Minas - Caxambu - Conceição do Rio Verde - Cruzília - Dom Viçoso - Itamonte - Itanhandu - Jesuânia - Lambari - Liberdade - Minduri - Olímpio Noronha - Passa Quatro - Pouso Alto - São Lourenço - São Sebastião do Rio Verde - São Thomé das Letras - Seritinga - Serranos - Soledade de Minas - Virgínia.**



**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA  
MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

Utilidade Pública: Lei Municipal nº 868/87 de  
12/06/87; Lei Estadual nº 9.695/88 de 25/11/88  
CNPJ: 19.686.039/0001-32  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO  
DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

CNPJ: 21.406.451/0001-01  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

II - Dar todo suporte técnico especializado na execução dos serviços.

III - Sempre que necessário, disponibilizar ao CONTRATANTE as informações pertinentes e necessárias, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento das metas deste instrumento contratual.

**9.2. São obrigações e responsabilidade do Município Contratante**

I - Designar um funcionário para atestar os serviços realizados (fiscal de contrato), afim de poder se comprovar o efetivo cumprimento do objeto contratado.

II - O município contratante é o responsável pela aprovação dos serviços realizados, não competindo ao CIMAG a sua aprovação.

III - Após os serviços realizados, o município deve encaminhar planilha informando os serviços realizados.

IV - Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições estipuladas neste instrumento.

V - Verificar se os serviços prestados pela CONTRATADA estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer fornecimento que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

**9.3. São obrigações e responsabilidade da Contratada**

I - Para fins do estabelecimento das obrigações básicas deste instrumento, a empresa CONTRATADA deverá se comprometer a

II - Cumprir fielmente este contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato, em total conformidade com as descrições técnicas do seu objeto.

III - Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, tarifas, seguros, descarga, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

IV - Fornecer toda a mão-de-obra, especificações técnicas, necessárias à perfeita execução dos serviços de que trata o objeto deste instrumento.

V - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

VI - Assumir tecnicamente perante ao CONTRATANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

VII - Manter a plena gestão de convênios e de projetos de interesse dos Municípios (Administração Municipal) nas suas diversas áreas, disponibilizados nos endereços eletrônicos dos Órgãos Governamentais SICONV, SIGCON, FNS, sistema de entrada de pleitos de Convênios Federais do Ministério da Saúde, SISMOB, outros órgãos governamentais, empresas públicas, autarquias, organizações da sociedade civil de interesse público – OSIP's e/ou entidades que tenham condições de fazer parcerias e executar ações contributivas com o Governo Municipal, prestação de contas de convênios estaduais e federais, assessorar no processo de adesão, aprovação, execução de programas do Governo Federal.

VIII - Elaboração de projetos em busca de captação de recursos no âmbito federal e estadual, elaboração e acompanhamento da execução de convênios, cumprimento dos prazos e prestação de contas dos mesmos, acompanhamento e monitoramento do CAUC, SIAF, CAGEC, acompanhamento e monitoramento de convênios e projetos junto a GIGOV (caixa econômica) para liberação de recursos, cadastramento para recebimento de recursos junto a FEAM – saneamento, demais atribuições referentes à captação de recursos, cadastramento com atualizações necessárias do cadastro de sua entidade no SICONV, elaboração de Plano de Trabalho de programas disponibilizados pelo Governo Federal, observância dos requisitos necessários para a celebração do Instrumento, auxiliando na regularização do mesmo para fechamento do convênio. Registrará no SICONV de todos os documentos gerados na execução do convênio, (licitações, incluindo as cotações prévias exigidas para as entidades sem fins lucrativos; contratos; documentos de liquidação e pagamentos; registro de ingresso de recursos; além da elaboração dos relatórios de execução). Prestação de Contas no SICONV, observando rigorosamente o prazo estipulado, acompanhando sua análise nos órgãos responsáveis, bem como as complementações e as respostas aos pareceres emitidos até a sua análise final. Os serviços deverão ser executados diretamente por técnicos da empresa contratada, e deverão seguir as normas e critérios de cada órgão distinto, conforme cada projeto específico, os técnicos da contratada deverão promover constantes reuniões com os secretários municipais, de

**Aiuruoca - Alagoa - Baependi - Bocaina de Minas - Cambuquira - Carmo de Minas - Caxambu - Conceição do Rio Verde - Cruzília - Dom Viçoso - Itamonte - Itanhandu - Jesuânia - Lambari - Liberdade - Minduri - Olímpio Noronha - Passa Quatro - Pouso Alto - São Lourenço - São Sebastião do Rio Verde - São Thomé das Letras - Seritinga - Serranos - Soledade de Minas - Virgínia.**





**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA  
MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

Utilidade Pública: Lei Municipal nº 868/87 de  
12/06/87; Lei Estadual nº 9.695/88 de 25/11/88

CNPJ: 19.686.039/0001-32  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO  
DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

CNPJ: 21.406.451/0001-01  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

modo que todos sejam informados das possibilidades e disponibilidades de recursos disponíveis para que, projetos sejam preparados em consonância com as ações administrativas a serem realizadas e com as disposições dos órgãos que irão patrocinar as ações através dos convênios de cooperação, os técnicos deverão elaborar os projetos e planos de trabalho de forma completa, ou seja, com todos os quantitativos de itens que o compuserem, com todas as especificações claras e detalhadas, bem como com os preços ou em tabelas oficiais que sejam aceitas pelos órgãos convenientes. Com a aprovação do projeto elaborado e a celebração do respectivo convênio, mediante o plano de trabalho a CONTRATADA deverá entregar à Administração Municipal CONTRATANTE todos os seu conteúdo impresso em papel, com cópia reprográfica e também em mídia eletrônica, de modo que a área municipal que irá executar a ação conveniada tenha condições de acompanhar a sua execução. A CONTRATADA deverá dar conhecimento imediato à fiscalização do contrato, bem como ao setor responsável pelas prestações de contas, de todos os planos de trabalho preparados e incluídos nos diversos endereços eletrônicos dos ministérios, órgãos e secretarias e órgãos que trabalhe com fomento aos municípios. A CONTRATADA, quando do envio dos convênios e respectivos planos de trabalho para o Setor de Licitações deverá anexar distintamente, cópia do convênio, do plano de trabalho, memoriais descritivos, informações complementares sobre a forma da execução do futuro contrato, tanto para serviços como para aquisição de bens. A CONTRATADA além da proposição de convênios novos, deverá conferir e atuar nos convênios que se encontram em andamento e nos serviços estarão incluídos os levantamentos de convênios, tanto aqueles em fase de conclusão ou que estejam pendentes de aprovação, de modo que todos sem concluídos, bem como as respectivas prestações de contas. A CONTRATADA deverá durante a execução de cada convênio alimentar os processamentos eletrônicos exigidos, de forma a preparar a prestação final de cada convênio, conforme as exigências distintas dos órgãos convenientes, sejam nas aquisições de bens ou serviços ou nas medições das execuções de obras. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se diretamente por todas as prestações de contas de convênios celebrados pela Administração Municipal durante o período da execução contratual, ainda que exista servidor municipal indicado para esta ação administrativa. A CONTRATADA deverá, sempre que solicitada pela CONTRATANTE auditar medições, revisar projetos de engenharia, auditar aditivos, propor sempre que necessário medidas buscando melhor eficiência e economicidade.

IX - Os projetos iniciais de Engenharia, bem como as medições deverão ser elaboradas pela equipe de Engenharia da CONTRATANTE, sendo que o engenheiro da CONTRATADA atuará sempre que requisitado pela CONTRATADA, na auditoria e conferência dos projetos, medições, aditivos e outros serviços de engenharia, auxiliando e orientando o setor próprio de engenharia da CONTRATADA. A CONTRATADA, quando necessário e devidamente requisitado, deverá comparecer junto aos órgãos convenientes para ajudar na solução das aprovações de planos de trabalhos para a celebração de convênios ou em prestações de contas pendentes. Caso haja este tipo de serviços, a Administração arcará com as despesas de viagem, estadia e alimentação do técnico disponibilizado para esta ação. Os serviços serão executados diretamente na sede das Prefeituras Municipais dos Municípios Consorciados em hora marcada a ser definido pela Administração e à distância sempre quando for necessário, do escritório da CONTRATADA com uso dos meios de comunicação disponíveis, diariamente no horário comercial. Os serviços serão contratados por hora trabalhada de acordo com o interesse dos municípios filiados e demandas apresentadas.

A contratação a que se pretende referido credenciamento é de sua importância, por se tratar de serviços de grande utilidade pública para os Municípios, que geralmente são acerentes de servidores efetivos especializados na área de gestão de convênios junto aos sistemas dos governos Estadual e Federal, dentre outros.

A prestação de serviços constante do objeto desta licitação se faz necessária para dotar a Administração Municipal de Consultoria Técnica Especializada em serviços de captação de recurso, visando angariar recursos financeiros junto aos órgãos públicos do Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, com OSIPs - organizações da sociedade civil de interesse público e/ou entidades que tenham condições de fazer parceiras e executar ações contributivas com o Governo Municipal, e dispor de profissional de Engenharia para auditar, acompanhar, orientar, fiscalizar medições, planilhas orçamentárias, aditivos trazendo mais uma ferramenta de controle ao Gestor Municipal na busca de evitar vícios e falhas na execução de obras no Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES.**

10.1. Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas neste instrumento, o CONTRATANTE poderá aplicar à contratado as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis.

10.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas pelo descumprimento deste contrato

**Aiuruoca - Alagoa - Baependi - Bocaina de Minas - Cambuquira - Carmo de Minas - Caxambu - Conceição do Rio Verde - Cruzília - Dom Viçoso - Itamonte - Itanhandu - Jesuânia - Lambari - Liberdade - Minduri - Olímpio Noronha - Passa Quatro - Pouso Alto - São Lourenço - São Sebastião do Rio Verde - São Thomé das Letras - Seritinga - Serranos - Soledade de Minas - Virgínia.**



**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA  
MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

Utilidade Pública: Lei Municipal nº 868/87 de  
12/06/87; Lei Estadual nº 9.695/88 de 25/11/88  
CNPJ: 19.686.039/0001-32  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO  
DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

CNPJ: 21.406.451/0001-01  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

I - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviços não realizados;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, no caso da adjudicatária, injustificadamente desistir da prestação de serviços sem justificativa prévia acatada pelo CONTRATANTE.

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento do mesmo.

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, caso os serviços sejam executados sem as observâncias legais.

10.3. O recolhimento das multas deverá ser feito, através de guia própria, fornecida, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.

10.4. A CONTRATADA ficará ainda sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Público CIMAG e seus Municípios.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.5. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.6. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados neste contrato.

10.7. Caso haja a inexecução total do objeto deste instrumento será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

10.8. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço – OS pelo CONTRATANTE.

10.9. As multas acima poderão ser suspensas, se apresentada pela CONTRATADA justificativa hábil por escrito, acatada pelo CONTRATANTE.

10.10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o CONTRATANTE, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.11. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE, quando

I - Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

II - Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

III - Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do contratante.

IV - Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do contratante após a homologação do certame.

V - Apresentação, ao contratante, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de

**Aiuruoca - Alagoa - Baependi - Bocaina de Minas - Cambuquira - Carmo de Minas - Caxambu - Conceição do Rio Verde - Cruzília - Dom Viçoso - Itamonte - Itanhandu - Jesuânia - Lambari - Liberdade - Minduri - Olímpio Noronha - Passa Quatro - Pouso Alto - São Lourenço - São Sebastião do Rio Verde - São Thomé das Letras - Seritinga - Serranos - Soledade de Minas - Virgínia.**





**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA  
MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

Utilidade Pública: Lei Municipal nº 868/87 de  
12/06/87; Lei Estadual nº 9.695/88 de 25/11/88  
CNPJ: 19.686.039/0001-32  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO  
DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

CNPJ: 21.406.451/0001-01  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.

VI - Inexecução total do objeto.

10.12. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.13. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à empresa contratada.

10.14. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a empresa contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.15. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO.**

11.1. O CONTRATANTE reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, perante ao CONTRATADO INTERVENIENTE E CONTRATADO este instrumento contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer

- a) falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da adjudicatária;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição da ata/contrato, por parte da futura contratada;
- c) a subcontratação ou cessão da ata/contrato;
- d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à adjudicatária;
- e) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- f) pedido de concordata, falência ou dissolução da CONTRATADA;
- g) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso;
- h) Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- i) Por ter recebido mais de 2(duas) advertências;
- j) Por interesse do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ANTICORRUPÇÃO.**

12.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.**

13.1. As Partes deste instrumento comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência deste contrato, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

**Aiuruoca - Alagoa - Baependi - Bocaina de Minas - Cambuquira - Carmo de Minas - Caxambu - Conceição do Rio Verde - Cruzília - Dom Viçoso - Itamonte - Itanhandu - Jesuânia - Lambari - Liberdade - Minduri - Olímpio Noronha - Passa Quatro - Pouso Alto - São Lourenço - São Sebastião do Rio Verde - São Thomé das Letras - Seritinga - Serranos - Soledade de Minas - Virgínia.**





**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA  
MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

Utilidade Pública: Lei Municipal nº 868/87 de  
12/06/87; Lei Estadual nº 9.695/88 de 25/11/88  
CNPJ: 19.686.039/0001-32  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO  
DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

CNPJ: 21.406.451/0001-01  
Av. Camilo Soares, 100 - CEP: 37440-000 -  
Caxambu/MG

13.2. As Partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução deste contrato, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.3. Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

13.4. A CONTRATADA declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar ao CONTRATANTE E A CONTRATADA INTERVENIENTE, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS COMUNICAÇÕES.**

14.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO.**

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Caxambu, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam eletronicamente este instrumento em 03 (três) vias, com as testemunhas presenciais ao ato.

Caxambu/MG, em 29 de Janeiro de 2025.

MARCIO HENRIQUE DE SIQUEIRA RIBEIRO  
MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO  
CNPJ Nº 23.245.806/0001-45  
CONTRATANTE

ACERTO ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA  
ALEX FABIANO RUSSANO FONSECA  
CNPJ Nº 27.372.379/0001-17  
CONTRATADA

LUIZ FERNANDO NORONHA PEREIRA  
CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG  
CNPJ Nº 21.406.451/0001-01  
CONTRATADO INTERVENIENTE

TESTEMUNHAS  
ALESANDRA MARINHO DE FARIA MARTINS  
DAVI PAIVA MACIEL

VISTO DO JURÍDICO  
ADRIANO JOSÉ SENADOR  
OAB/MG 54.948  
ASSESSOR JURÍDICO DO CIMAG

**Aiuruoca - Alagoa - Baependi - Bocaina de Minas - Cambuquira - Carmo de Minas - Caxambu - Conceição do Rio Verde - Cruzília - Dom Viçoso - Itamonte - Itanhandu - Jesuânia - Lambari - Liberdade - Minduri - Olímpio Noronha - Passa Quatro - Pouso Alto - São Lourenço - São Sebastião do Rio Verde - São Thomé das Letras - Seritinga - Serranos - Soledade de Minas - Virgínia.**